

Mário Pedrosa

Otilia B. Fiori Arantes

Como se sabe, Mário Pedrosa foi um dos grandes responsáveis pela atualização da arte moderna no Brasil, especialmente nos vinte anos que sucederam a segunda guerra mundial, vindo a ser, como gostava de dizer, um “arauto” das nossas vanguardas artísticas, em especial da arte abstrata – segundo ele, um antídoto destinado a ocidentalizar de vez nossa velha ordem colonial, cujas pargas transpareciam na supremacia da ideologia localista no plano da cultura, mesmo modernista. Como se a arte abstrata, banindo a cor local, pudesse enfim desprovincianizar o país e ao mesmo tempo balizar a ruptura com a ordem internacional que aprofunda o atraso. É neste período de sua crítica que me deterei, centrando a análise na discussão das relações entre a modernização nacional, então na ordem do dia de um país empenhado num projeto nacional-desenvolvimentista, e as exigências não menos imperativas de internacionalização.

O certo é que Mário Pedrosa considerava a abstração tão bem ajustada às exigências nacionais quanto o fora, no passado, o primeiro modernismo. Impelida pela “dialética cultural do país”, a arte abstrata passava a representar resultados locais contrapostos à simples voga internacional que os desmantelaria. Sintaxe e gramática da arte abstrata, portanto, não só tinham cabimento na periferia como estavam a serviço de um projeto de reconstrução nacional. O nosso geometrismo (da arte “concreta” e “neoconcreta”) não deixava também de ser uma forma de resistência à moda informal que ia pelo mundo. O ápice de uma tal empreitada parecia ser Brasília - a grande síntese anunciada pelas vanguardas e reativada pelo projeto construtivo abstrato, agora nas mãos da arquitetura moderna.